

Reportagem**A bancada do lacre**

Sob a alegação de que as latas de cerveja e refrigerantes transmitem doenças ao consumidor, o que é negado pelas autoridades sanitárias, deputados de todo o país querem forçar o uso de um lacre que só tem um fabricante no Brasil e não é reciclável.

Autor: Jorge Felix >

11.08.2005 | O nome é até sugestivo para uma nova marca de cerveja: Alba. O slogan poderia ser qualquer coisa como "Alba, a cerveja limpa". Mas a relação do deputado estadual Marco Alba, do PMDB gaúcho, com o mercado de bebidas é outra, bem diferente do espírito brincalhão das mesas de bar. Alba é autor de um projeto de lei que obriga as indústrias de bebidas a colocar um invólucro de alumínio sobre as latas de cerveja e refrigerante como medida sanitária. Ou melhor: Alba é mais um autor de um projeto como este, cujo primeiro pecado é a falta de originalidade. Ao apresentá-lo, entrou para uma lista robusta de políticos interessados nesta medida. Somando as assembleias legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, mais de 20 parlamentares, pelo país afora, apresentaram projetos idênticos. Esta *bancada do lacre* conta inclusive com a presença do novo ministro da Saúde, Saraiva Felipe (PMDB-MG).

Além de provocar muita polêmica, embora modifique muito pouco a vida do cidadão, a idéia causa um problemão para a indústria de bebidas e de alumínio. Até agora, apenas a Assembleia Legislativa do Paraná conseguiu aprovar um projeto desses, de autoria do radialista Jocelito Canto (PTB). O governador Roberto Requião (PMDB) recusou-se a sancioná-lo, deixou o prazo expirar, mas o presidente da Assembleia, Hermas Brandão, usou do seu direito constitucional e assinou a lei. O caso foi parar na Justiça, que concedeu liminar ao mandado de segurança da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas (Abralatas), da Associação Brasileira da Indústria de Refrigerantes (Abir) e do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv).

A história dos invólucros ou lacres de alumínio começou com a Internet e suas *lendas urbanas*. "Era uma vez uma modelo chamada Daniela Sarahyba. O pai dela morreu de leptospirose"... Até este capítulo, que circulou pela rede de computadores, era tudo verdade. Depois, acrescentaram o motivo: o pai de Sarahyba teria sido contaminado ao ingerir uma bebida em lata. Como milhões dessas lendas fantásticas espalhadas por internautas de todos os países, isso nunca foi comprovado cientificamente. A contaminação se deu por outros meios, mas a Internet ajudou a propagar a fantasia e ainda acrescentou outras vítimas, trocando o nome do artista. Quanto mais popular a *vítima*, melhor, porque aproxima o fato do povão.

Os casos serviram para sustentar a tese de necessidade de uma lei para evitar uma epidemia de leptospirose supostamente provocada pela urina dos ratos sobre as latas de bebidas que, armazenadas em depósitos imundos, aguardam o consumo. A propagação dos e-mails ajudou ainda a criar no inconsciente coletivo – acreditam os fabricantes de bebidas e de latas de alumínio - uma idéia de que a latinha é suja. Em recente jantar em São Paulo, o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, ouviu de um executivo da indústria de bebidas uma reclamação sobre mais este projeto assinado por um seu correligionário peemedebista. Rigotto desconhecia o projeto, mas disse – na lata – que tem nojo de beber cerveja ou refrigerante. “Quando a tampinha entra, vai toda a sujeira lá pra dentro. Vocês vão ter de criar alguma coisa para tornar isso mais higiênico”, reclamou o governador.

De ouvir falar

A lata de bebida é, hoje, uma questão de Estado. Desde 2000, em Brasília, os políticos dispensam horas e horas de discussão em comissões, assembléias e reuniões para debater o problema. Nunca, nenhum deles, em tempo algum, conheceu um só paciente – não só de leptospirose, mas de qualquer outra patologia – com uma doença provocada pela ingestão de bebida em lata. Nenhum outro país obriga o lacre nas latinhas. No entanto, todos os autores têm na ponta da língua outros argumentos para sustentar seus projetos. “É uma importante medida preventiva de saúde pública”, afirma Alba. “Eu ando muito na rua e, nos fins de semana, vejo aquele consumo enorme, de jovens, em postos de gasolina, todo mundo tomando refrigerante direto ali no bico, é anti-higiênico”, explica.

Na justificativa anexada ao projeto, Alba afirma que se baseia em testes realizados nos laboratórios da Universidade de São Paulo que comprovam a eficácia dos lacres higiênicos, com a diminuição da quantidade de microorganismos em cerca de 80%. E cita, entre aspas, a professora Claudete Rodrigues Paula, chefe do laboratório de Micologia da USP: “Com certeza, se as bebidas viessem com esses invólucros, as pessoas ficariam menos expostas a fungos e bactérias, diminuindo, na mesma proporção, a possibilidade de se contrair uma doença.” Realmente, a professora fez esse teste e tirou algumas conclusões. O resultado nunca foi divulgado na íntegra e a frase citada por Alba nunca foi dita por Claudete. A professora recusa-se a comentar a pesquisa e sua secretária afirma, por telefone, que o deputado usou parte de uma entrevista concedida pela cientista à rádio USP.

Quase todos os 12 projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados citam o estudo da USP. O deputado Edison Andrino (PMDB-SC) foi tão insistente na questão do lacre que apresentou dois projetos iguais e conseguiu empurrar a tramitação. Como determina o regimento interno, seu texto foi analisado com os demais 10 projetos semelhantes que estavam na Casa - de autoria dos deputados Ronaldo Vasconcelos (PTB-MG), Orlando Fantazzini Neto (PT-SP), João Sampaio (PDT-RJ), Nelson Bornier (PMDB-RJ), Lincoln Portela (PL-MG), Doutor Pinotti (PMDB-SP) e Carlos Nader (PL-RJ). Os deputados Nelson Mourão (PT-AC) e Reginaldo Lopes (PT-MG) também tiveram seus textos compilados, embora se contentem com uma genérica obrigatoriedade de “as fábricas adotarem medidas para impedir a contaminação” ou apenas colocar na embalagem o aviso “lavar antes de abrir”.

Depois de muita discussão na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, o relator do projeto, Saraiva Felipe (PMDB-MG), rejeitou os dois únicos textos que não mencionavam as palavras “lacre” e “invólucro”, ou seja, dos deputados Mourão e Lopes, e conseguiu aprovar seu relatório a favor da obrigatoriedade. Houve também a bancada do contra, capitaneada por Arnaldo Faria de Sá (PFL-SP), que emendou o substitutivo de Felipe com a sugestão de apenas obrigar as indústrias a

avisar ao consumidor que a ingestão direta de bebida na lata pode causar danos à saúde. Não teve sucesso. O capítulo final - uma audiência pública, a pedido do deputado Darcisio Perondi (PMDB-RS) - foi adiado quando estourou o escândalo do *mensalão*.

No Senado, a *bancada do lacre* foi engrossada pelo mineiro Eduardo Azeredo (PSDB). O ex-governador de Minas Gerais afirmou que decidiu apresentar a proposta depois de tomar uma Pepsi na Itália com o lacre na lata. Sem fazer nenhuma pesquisa mais minuciosa, Azeredo apresentou o projeto de obrigatoriedade. A Pepsi Co. informou que aquela lata italiana era uma edição limitada e o lacre servia apenas para fazer propaganda de um evento, como é comum na Europa e nos Estados Unidos. Não tinha nada a ver com questões sanitárias. Mesmo assim, Azeredo deixou o projeto tramitar e o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) redigiu um substitutivo – pronto para ir à votação, desde março - obrigando os fabricantes nacionais a traduzirem a inscrição americana *keep clean* no topo das latas. Ou seja, “mantenha limpa”.

Camisinha na lata

Insatisfeito com estas outras proposições, o deputado José Jovino apresentou uma idéia inusitada como alternativa ao lacre de alumínio. Em sua concepção sanitária, as latinhas deveriam ser vendidas envoltas em uma embalagem de látex. Jovino, se tiver o projeto aprovado, pode entrar para a história como o inventor da *camisinha da cerveja*. O látex seria a resposta a uma das críticas da indústria de bebidas ao lacre. Segundo os fabricantes, mesmo com a proteção de alumínio, a água do gelo, dentro de um isopor, pode passar para a lata, voltando a contaminá-la. O látex, como se sabe, retém líquido.

“Muitos deputados apresentam este tipo de projeto por puro desconhecimento, porque tem apelo popular, mas sabemos que tartaruga não sobe em árvore”, afirma o diretor executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas (Abralatas), Paulo Camilo Penna. Os parlamentares podem até desconhecer a ineficácia do lacre para o suposto problema apresentado ao consumidor. Mas a Abralatas tem certeza de que eles já sabem, porque foram devidamente informados, que só há um fabricante deste tipo de lacre no país, a multinacional Krones. Sabem que apenas uma cervejaria, a Petrópolis, usa esse tipo de lacre em seus dois produtos graças a uma “parceria” firmada com a Krones. A Petrópolis lançou o invólucro há quase 3 anos garantindo que ele deixava a cerveja mais limpa e justificava sua afirmativa com o estudo da USP. A parceria do lacre rendeu à Petrópolis um diferencial significativo que resultou em aumento de vendas.

Os políticos que lutam pela causa do lacre sabem também que criam problemas enormes para as indústrias, como alteração da planta de fábrica, diminuição da capacidade de produção (hoje em 120 mil latas por hora, passaria para 30 mil) e, conseqüentemente, aumento de custos. O que, talvez, muitos parlamentares desconheçam é que a Anvisa e várias secretarias de saúde estaduais são contra o lacre por o considerarem ineficiente ou dispensável. A alegação técnica é que a quantidade de bactérias numa lata é perfeitamente aceita pelo sistema imunológico do ser humano. “É o mesmo que comer uma fruta na feira”, compara o presidente do Sindicerv, Marcos Mesquita. “Ela contém bactérias, mas dificilmente vai causar uma doença.”

Embora citado muitas vezes como autor de estudos sobre o lacre, o Inmetro nunca fez tais testes. Todos os estudos em poder da Abralatas consideram o nível de contaminação normal, um jargão técnico para dizer que as latas, que saem da fábrica envoltas em plásticos, dificilmente chegam à gôndola do supermercado ou à geladeira do bar molhadas por urina de rato. Se analisado com precisão, o famoso estudo da USP afirma o mesmo. A Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores e Zoonoses da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo diz claramente, num relatório: “Gostaríamos de reforçar a improbabilidade desse risco enquanto forma de transmissão da doença.” E explica: “Para haver a entrada da bactéria leptospira, que estaria na parte superior da lata, na mucosa orofaríngea de uma pessoa, a urina do roedor deveria estar aparente pois a bactéria não resiste à dessecação, só sobrevivendo enquanto o meio líquido existir.”

É similar ao entendimento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; “Não existem estudos científicos que comprovem a ocorrência de doenças transmitidas por meio de embalagens de refrigerantes ou cervejas, em especial, a leptospirose.” A agência dá duas receitas simples para evitar a transmissão de doenças. Diz aos fornecedores: “Consideramos que as práticas corretas de armazenamento dos alimentos, assim como o Controle Integrado de Pragas, são eficientes para prevenir a contaminação de embalagens.” E aos consumidores: “Deve-se lavar as latas ou garrafas de bebidas como água mineral, refrigerantes e cervejas, antes do consumo.” E sobre os projetos de lacre, resume: “Somos de parecer que a obrigatoriedade de uma frase de advertência ‘Lave a lata antes de consumir o produto’ seria uma medida menos restritiva e mais eficaz na prevenção do risco presumido.”

Os parlamentares podem também desconhecer a informação de que o lacre causaria um impacto ambiental. No Brasil, são consumidas 10 bilhões de latinhas por ano – das quais, 96% são recicladas. Portanto, mais de 9 bilhões de lacres seriam arrancados das latas antes da reciclagem e simplesmente virariam lixo de alumínio, como ocorre hoje com a Itaipava e a Crystal. O problema já existe em relação à tampa de fechamento da lata. Uma outra lenda urbana criou uma rede de pessoas que desgrudam os elos de vedação para juntá-los com a esperança de que sejam trocados por cadeiras de rodas. Tudo mentira. No máximo, viram artesanato. Mas provocam um dano à saudável indústria da reciclagem, pois as cooperativas nunca compram a tampa separada da lata.

Na verdade, os parlamentares já sabem de tudo isso. Foram exaustivamente informados. Mas dizem que os fabricantes estão preocupados mesmo é com as implicações econômicas da medida. “Isso é a última coisa em que estou pensando”, afirma Alba. “É claro que temos de ver a solução também para o fabricante, não podemos só colocar o problema para eles. Eles até vieram aqui pensando que eu quisesse barganhar alguma coisa, mas perceberam que não é isso que me move”, garante o deputado gaúcho.